

Ulysses diz que candidatura está na fase do quase

No dia do seu 72º aniversário, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e ex-presidente da Constituinte, recebeu dois tipos de telefonemas: um grupo limitou-se a cumprimentá-lo pela data. Foi o caso do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Outro bem mais numeroso fez exatamente o que Ulysses desejava: deu parabéns pelo aniversário, mas o cumprimentou pelo seu discurso na promulgação da nova Constituição. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ) encaixou-se nesta faixa.

Bem-humorado, Ulysses distribuiu alegria para um pequeno grupo convidado para o almoço de aniversário, em sua casa na Península dos Ministros. De quando em quando, interrompia a conversa para atender mais um telefonema. Aproveitou a ligação que os deputados Fernando Gasparian (PMDB-SP) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) fizeram para a filha do ex-presidente chileno Salvador Allende, Isabel, para enviar seu abraço e cumprimentos pela vitória da oposição contra o general Pinochet no plebiscito de ontem.

Alguns parentes, como irmãs e cunhados, o governador da Bahia, Waldir Pires, o ex-ministro Renato Archer, coordenador de sua campanha, e o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) completavam

a lista de convidados. Comendo um picadinho com ovo pochê e camarões servidos pelo restaurante Plantella, Ulysses comemorou seu melhor presente de aniversário — a festa da promulgação da nova Constituição. Cada um dos momentos foi lembrado, inclusive a tensão do presidente José Sarney.

Depois de um sorvete de creme com calda de chocolate quente, veio a tradicional dose de poltrona. Pouco se falou de política, mas houve quem puxasse a conversa sobre a participação de Ulysses no comício da noite de hoje, em Goiânia.

Seguramente, a conversa seria retomada à noite, quando Ulysses abriria as portas de sua casa para os amigos dispostos a cumprimentá-lo. Não foram feitos convites, mas os preparativos insinuavam uma grande festa. Seguramente, ainda não seria a festa oficial do lançamento de sua candidatura, mas Ulysses deixou escapar, na manhã de ontem, mais uma evidência de que, em breve, se anunciará candidato.

Instigado por repórteres, disse que sua vida é repleta de vários "quase" e alguns "exs". Desde ontem, é ex-presidente da Constituinte e que há uma possibilidade aberta, que ele não descartará, de ser candidato à presidência da República. Ainda está na fase do "quase".

Presidente não perde festa

A indignação do presidente José Sarney com o tom do discurso do deputado Ulysses Guimarães na solenidade de promulgação da nova Constituição não impediu que ele fosse ontem à noite à casa do presidente da Câmara e do PMDB para cumprimentá-lo pelo 72º aniversário. Acompanhado de dona Marly, Sarney chegou por volta de 21 horas.

As 22h10, o chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, Júlio César de Araújo, chamou o fotógrafo da revista Veja. Na foto, solicitada por Júlio, aparecem dona Mora, dona Marly, Ulysses Guimarães, o presidente Sarney, Renato Archer e o presidente do Senado, Humberto Lucena.

Sarney ressentido com fala de Ulysses

O presidente Sarney guardará ressentimentos do deputado Ulysses Guimarães, segundo alguns dos seus líderes no Congresso. O Presidente chegou a fazer referências elogiosas ao presidente da Constituinte no pronunciamento que proferiu através de uma cadeia nacional de rádio e televisão para assinalar a entrada em vigor do novo texto constitucional.

o tom do discurso de Ulysses, achando que não merecia aquele tratamento. Sarney — lembrou esse líder do Governo — havia feito referências elogiosas ao papel importante desempenhado por Ulysses em todo o processo de transição. Não se acredita que o pronunciamento do presidente da Constituinte venha a provocar uma crise política, mas, certamente, os ministros e chefes militares guardarão os seus termos. "Os militares costumam guardar essas coisas", dizia um senador da Arena conhecido por suas estreitas relações com os militares.

REAÇÃO

As lideranças do Governo estão criticando duramente o presidente da Constituinte, por ter tomado a iniciativa de fazer um prefácio para o primeiro exemplar da nova Constituição. Argumenta-se que a Carta Constitucional é um documento público, e a lei maior do País, o que torna o prefácio uma usurpação.

Ulysses Guimarães agiu com notório interesse eleitoral, aproveitando-se da divulgação oficial do mais importante documento político do País. "Vão ser distribuídos mais de um milhão de exemplares desse primeiro número da nova Constituição. Quer dizer, o Dr. Ulysses se aproveita dos recursos do Tesouro para fazer propaganda de sua candidatura a presidente da República. Não tem sentido que um exemplar de Constituição tenha prefácio, ainda mais um título de mau gosto como Constituição Coragem", disse o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha.

Segundo um desses informantes ligados ao Palácio do Planalto, o presidente Sarney ficou "profundamente decepcionado" com

Militares ainda indignados

Os ministros militares ficaram indignados com o discurso do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, proferiu no encerramento da cerimônia de promulgação da nova Constituição, considerando que aquela não era a ocasião propícia para que o político paulista fizesse algumas das afirmações que fez.

Segundo uma fonte militar do gabinete do ministro Leônidas Pires, o titular do Exército mostra-se irritado com o pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães, mas não expressa sua posição oficialmente sobre o assunto. Ainda segundo o informante, o presidente da Constituinte podia ter aproveitado a ocasião da promulgação da Carta Magna, transformando-a numa festa de confraternização, e motivando o estreitamento das relações entre militares e civis. Os militares — destaca a fonte — respaldaram o presidente Sarney quando convocou a Assembleia Nacional Constituinte e deram sua contribuição esclarecendo os constituintes sobre o papel das Forças Armadas Além disso, os ministros militares abriram as portas dos quartéis à visita dos parlamentares, numa demonstração de boa vontade e de esquecimento dos fatos políticos do passado.

Para os militares mais conservadores, o deputado Ulysses Guimarães aproveitou a promulgação da Constituinte como bandeira para sua futura campanha como candidato à Presidência da República e atacar os militares para ser simpático aos inimigos dos que fizeram a Revolução de 1964. O Centro de Comunicação Social do Exército (porta-voz oficial do Gabinete do ministro Leônidas Pires), questionado ontem sobre a repercussão da fala do deputado Ulysses Guimarães na área militar, limitou-se a um "nada a declarar".

JULIO ALCANTARA



O Plenário da Câmara, superlotado na quarta-feira, estava quase inteiramente vazio ontem

Líderes se armam para sustar atos

A reestruturação de órgãos extintos pela nova Constituição — como o Conselho de Segurança Nacional —, concessões de canais de rádio e televisão, criação de cargos públicos, nomeações e outras medidas administrativas confirmadas pelo presidente José Sarney através de decretos e decretos-leis, serão contestadas pelos líderes dos partidos no Congresso Nacional. O primeiro projeto de decreto legislativo para sustar os atos do Executivo baixados às vésperas da promulgação da Constituição será encaminhado pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, já na próxima terça-feira. Os líderes do PSDB e do PMDB estão estudando os decretos e tomarão a mesma providência se constatada a intenção de burlar a nova Constituição.

A liderança do PSDB encaminhou ontem mesmo o primeiro projeto de decreto legislativo para sustar o Decreto nº 96.814, do dia 28 de setembro, que transforma a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional — Saden/PR. O líder do partido, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), lembra que a reestruturação do Conselho de Segurança Nacional, através da criação da Saden agride até mesmo o texto da Constituição de 69, além da nova Carta promulgada esta semana. Os dois textos prevêm que o CSN depende de lei para regulamentar sua organização, competência e funcionamento.

Os dirigentes do PSDB incumbiram o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) de examinar detalhadamente todos os atos do presidente Sarney, pois suspeitam que tenha havido irregularidades na elaboração dos decretos. O senador José Richa, presidente do partido, explica que matérias que deverão ser regulamentadas por lei, como prevê o novo texto constitucional, foram regulamentadas pelo presidente Sarney através de simples decretos.

O vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Generaldo Corrêa (BA), anuncia também a disposição do partido de não tolerar qualquer ação que signifique burla do texto constitucional aprovado. "O PMDB tem uma posição preliminarmente conhecida e manifestada pelo discurso do presidente Ulysses Guimarães, de fazer cumprir a Constituição aprovada".

Quorum não bate com o da Carta

Alegando seu juramento, feito na véspera, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) impediu ontem que houvesse votação na primeira sessão do Congresso Nacional realizada após a nova Constituição.

plenário nem 40 parlamentares. O senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que presidia a sessão, não aceitou a questão de ordem de Mendes Ribeiro, acentuando que, pelo Regimento, ele precisaria ter o apoio de cinco senadores e 20 deputados. Mendes Ribeiro, recebeu, porém, o apoio do deputado Eduardo Verjorje (SP) que requereu a verificação de quorum.

Com sua interferência, Mendes Ribeiro impediu que fossem aprovados, pela votação simbólica dos líderes, 67 decretos-leis que estavam na pauta, incluindo o que estabeleceu trileão, e a apresentação do projeto de resolução aumentando os subsídios dos parlamentares. Ele baseou sua posição no art. 47 da Constituição, que exige a presença da maioria absoluta no plenário para qualquer votação.

Projeto para injunção sai logo

A polémica que se criou sobre a auto-aplicabilidade do mandato de injunção começa a ser superada na próxima terça-feira. Na sessão da Câmara dos Deputados marcada para esse dia, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) vai apresentar um projeto de lei para regulamentar o rito processual do mandato de injunção. A proposta do deputado prevê inclusive a ampliação desse instrumento, que assim como o mandato de segurança, poderá ser coletivo.

ter prioritário ao mandato de injunção, fazendo com que ele se sobreponha a todos os atos judiciais, com exceção do habeas-corpus. Dentro do rito processual proposto, a autoridade terá dez dias para se pronunciar, contados após 48 horas da intimação. Caso o limite não seja cumprido, o interessado poderá entrar com uma ação de perdas e danos contra os Juizes encarregados do julgamento.

partir de agora, permitindo a aplicação desse instrumento pelas instâncias judiciais dos Estados e municípios. Maurílio explicou, no entanto, que nesses casos os juizes não poderão se manifestar sobre aspectos da Constituição Federal.

O projeto prevê ainda a extensão da aplicação do mandato a outras cortes superiores, como os Tribunais Superiores Eleitoral, do Trabalho e Militar. "Isso evitará a excessiva concentração de processos no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, agilizando os julgamentos".



Atores da peça Mary Stuart percorreram o Congresso divulgando o trabalho.

Congresso vazio vira palco real

Na Inglaterra do século XVIII, uma carta foi assinada para cortar as pretensões de uma estranha à Corte de assumir o trono. O documento, que decretou a execução da pretenciosa Maria Stuart, assegurou o poder de Elizabeth I, que mesmo em conflito assinou a decapitação da outra. Com este enredo, a Escola de Arte Dramática de São Paulo estreou, em Brasília, no dia da promulgação da Constituição, a peça Mary Stuart, de F. Schiller, tentando mostrar que a história permanece atual e tem correspondência com os próprios fatos políticos brasileiros.

Mais que estreiar no dia da promulgação, os atores da peça resolveram percorrer ontem o Congresso Nacional para divulgar seu trabalho através da analogia com o processo político nacional. "Qualquer semelhança não é mera coincidência", afirma o ator Gabriel Catelani, que representa o embaixador escocês na Inglaterra, Harold Melville. Elizabeth I, altiva na representação de Maria Clara Fernandes, garante que este drama que narra a luta pelo poder pode ser identificado nos recentes fatos que envolveram personagens da política brasileira.

"A assinatura de uma carta é o elo de ligação entre os fatos daquela época e o processo de elaboração da Constituição", explicou Maria Stuart, interpretada por Valéria Lauand, concorda, certa que sua pretensão pelo trono que abalou a supremacia da rainha, foi responsável pela decisão de Elizabeth I. "Ela ficou em conflito entre assinar ou não a ordem de decapitação, mas não havia outra alternativa. Tinha que mostrar sua força. Assinar aquela carta era decretar a aniquilação de uma ameaça ao seu poder", diz.

Prefácio da Carta poderá ser impugnado

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), decidirá hoje sobre o pedido de impugnação do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), apoiado pelo PFL e PDT, contra a publicação de um prefácio, assinado pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), nos exemplares da Constituição que estão sendo impressos pela Gráfica do Senado. A gráfica está aguardando a decisão do senador Lucena para imprimir os 750 mil exemplares de bolso que serão distribuídos para todo o País. Já foram impressos com o prefácio 100 mil exemplares, que estão sendo distribuídos com os parlamentares, assembleias legislativas e prefeituras.

VONTADE

O presidente Ulysses Guimarães não gostou da impugnação feita pelo senador Passarinho. Ao ser consultado ontem sobre o assunto, ele frisou que a decisão de incluir o prefácio fora sua, como presidente da Assembleia Constituinte, não aceitando a ponderação de que isso não existe em nenhuma outra Constituição do mundo. O prefácio de Ulysses, intitulado A Constituição Coragem, é o seguinte:

"O Homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania.

A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País.

Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem.

Graficamente, testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. E a Constituição cidadã.

Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar.

A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade.

Por isso mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do Governo e a administração dos Impasses. O Governo será praticado pelo Executivo e o Legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências para vencer dificuldades. Contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos.

E a Constituição coragem.

Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destruiu tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei.

A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobreviverá para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça".

Governo suspende propaganda na TV

Desde a promulgação da nova Constituição, quarta-feira, por determinação da subchefia do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa, foi suspensa a veiculação dos filmes de propaganda oficial com assinatura do presidente José Sarney. A suspensão obedece a uma nova Carta que proíbe qualquer propaganda na qual figure nomes de autoridades.

aproveitando os dez minutos que o Executivo tem direito em todas as emissoras de televisão, o Governo pretende veicular boletins essencialmente informativos sobre suas realizações. O formato destes minitúncios está sendo definido entre a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto e a Abert — Associação Brasileira dos Empregados de Rádio e Televisão.

Mas, nos próximos dias,